

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.850.919 - AM (2019/0356683-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : A C DA S I
ADVOGADOS : THAYLA GALATE GOMES - AM007954
Monica Vieira Galate Mattos - AM000523
EMBARGADO : R M S I
ADVOGADOS : YARA GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - RJ014083
ABAETÉ DE PAULA MESQUITA - RJ129092

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra a decisão por meio da qual neguei provimento ao recurso especial.

Em seu recurso, o embargante apontou a existência de contradição na decisão ora embargada quanto ao fato de ter suscitado “que competência territorial é do último domicílio do casal”, de modo que indevida a aplicação da Súmula nº 211/STJ.

A parte embargada, regularmente intimada, pugnou pela manutenção da decisão.

Assim posta a questão, destaco que não se verifica a contradição, devendo-se manter a decisão recorrida por seus próprios fundamentos. Estão ausentes os pressupostos que dariam ensejo à sua oposição: omissão, obscuridade ou contradição.

Com efeito, o julgado embargado é claro em suas premissas e objetivo em suas conclusões, inexistindo vício a ser sanado. Apenas, a solução prestigiada não corresponde à desejada pelo embargante, circunstância que não eiva a decisão de nulidade.

Quanto à apontada contrariedade na decisão embargada, destaco que a contradição sanável por meio dos embargos de declaração é aquela interna ao julgado, caracterizada por fundamentos e conclusões inconciliáveis entre si, o que não ocorreu no caso concreto.

Isso porque, ao contrário do contido nas razões dos embargos, o óbice constante da Súmula nº 211/STJ foi aplicado em relação à matéria relacionada com a apontada violação à Súmula nº 33/STJ, sequer conhecida, em virtude da ausência de indicação dos dispositivos de lei federal que entendeu por violados ou no qual recairia o dissídio jurisprudencial, visto que incabível recurso especial por negativa de vigência a

enunciado sumular.

No tocante ao foro competente, consignei expressamente que a ação de divórcio foi cumulada com alimentos, razão pela qual o foro adequado seria aquele do domicílio da embargada (AgInt no HC 369.350/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/2/2017, DJe 20/2/2017).

Verifico, assim, que o embargante pretende, sob o pretexto de existência de contradição, o rejugamento da causa. Os embargos de declaração não se prestam ao rejugamento ou, simplesmente, ao prequestionamento de normas jurídicas ou temas que, segundo a ótica da parte, deveriam guiar ou conduzir a solução do litígio. Eles servem para suprimimento de omissões e esclarecimento de dúvidas e contradições do julgado, de tal forma que, se existentes tais vícios, sua correção venha eventualmente a prequestionar os pontos levantados pela parte.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. DANOS MORAIS. MATÉRIA DE FATO. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. CPC. ART. 535. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Não ofende o art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.
2. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7/STJ).
3. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. INDENIZAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº

Superior Tribunal de Justiça

7/STJ.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 1/3/2016)

Por fim, em que pese o não acolhimento dos embargos, assevero que a sua oposição, por ora, não será considerada como protelatória ou como litigância de má-fé.

Em face do exposto, rejeito os embargos, nos termos do acima exposto.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora